

Antropologia do Espaço

Texto de apoio #10 - Aula #10

29 de Maio de 2007

Espaço e poder social

Os espaços, porque estão repletos de significados simbólicos e são percebidos pelas pessoas de forma diferente, condicionam o tipo de relação que neles se estabelece. Ou seja, os espaços não são vazios de conteúdo e de símbolos que são de acordo com os contextos sociais, históricos e políticos apropriados pela população de forma diferente. As relações sociais que se estabelecem quotidianamente ocorrem nos espaços e estes espaços também condicionam, em certa medida a forma com as relações sociais e os símbolos associados se desenvolvem. Nesse sentido, importa perceber como os espaços podem ser símbolo de exclusão (e inclusão) social e como podem ser o reflexo dos movimentos migratórios em que as comunidades estrangeiras se apropriam dos espaços de acolhimento para construir uma réplica do seu espaço de origem e de identidade.

Espaços de inclusão e exclusão

O espaço como factor eficaz de exclusão ou inclusão;

O espaço em determinadas condições, pode ser interpretado como uma variável que permite a criação de itinerários (no sentido em que condicionam ou influenciam as escolhas das pessoas), posições ou representações sociais (Balsa, 2006). “Enquanto recurso colectivo, o espaço presta-se a modos de apropriações diversificados a partir dos quais se organizam, simultaneamente, as estratégias das famílias e os modos de intervenção dos dispositivos de intervenção social (Balsa, 2006:14)”.

Os meios urbanos nacionais e internacionais, apresentam várias áreas, com uma delimitação bastante clara zonas a que se associam conotações sociais, culturais e económicas bastante claras. A ocupação destes espaços não é aleatória. Importa por isso perceber de que forma os espaços condicionam ou são condicionados pela dimensão sócio-económica dos seus ocupantes.

A dimensão social atribuída ao espaço, pode ser percebida de duas formas:

- vê-se o espaço apenas como um reflexo da estrutura social da qual é apenas um suporte; ou seja, o espaço é considerado uma superfície de registo neutro. De acordo com esta perspectiva é a análise social que permite a interpretação e avaliação do espaço. Ou seja, o espaço é comparável a uma “tábua rasa”, em que as comunidades inscrevem o seu significado social;

- a outra proposta faz depender a estrutura social e as características dos indivíduos da morfologia do espaço, das suas coordenadas físicas e geográficas. De acordo com esta perspectiva, o espaço é o responsável pelas dinâmicas sociais que nele se desencadeiam; Estas duas perspectivas podem mostrar-se adequadas em diferentes tipos de análise e em diferentes contextos.

De que forma é que se caracterizam os espaços designados de exclusão? Seria tentador pensar que estes espaços, estão à partida relacionados e/ou inseridos em zonas problemáticas ao nível do desenvolvimento social e económico. Contudo, como vamos ver, isto nem sempre se verifica (Balsa, 2006).

Quando nos debruçamos sobre a evolução da concentração residencial de Lisboa (tomando a capital do nosso país como exemplo), constatamos alterações positivas em relação a vários indicadores sócio-económicos:

- melhoramento da qualidade das habitações;
- melhoramentos dos níveis de educação;
- aumento da população activa, principalmente entre as mulheres;

Ao mesmo tempo, ocorre um outro conjunto de alterações demográficas que estão intimamente relacionadas com as transformações que tipicamente ocorrem nas sociedades ocidentais modernas:

- envelhecimento da população;
- aumento da população reformada;
- progressiva terciarização da economia;
- diminuição do número de famílias com mais de 4 elementos;
- aumento do número de pessoas idosas que vivem sozinhas;

No que diz respeito ao nível de riqueza, verifica-se que de uma perspectiva global, em Lisboa a riqueza, os rendimentos e os níveis de pobreza apresentam um panorama muito mais harmonioso que as restantes localidades e regiões portuguesas.

Servem estes indicadores para mostrar, que a pobreza que se encontra nesta região em particular, não resulta de um contexto de pobreza generalizado, frequente em regiões mais periféricas. Por outro lado, a situação relativamente privilegiada das populações no interior da concentração residencial de Lisboa torna ainda mais significativas as situações de pobreza extrema que nela encontramos (Balsa, 2006).

A identificação das zonas de exclusão no nosso país, e nomeadamente na capital aparece facilitada, porque surgem frequentemente associadas a degradados. Estes são constituídos por um cordão de barracas e de casas deterioradas, dispostas, em parte, em torno de um antigo parque industrial em declínio e rodeadas por uma zona residencial de nível médio-baixo.

Existem duas forças que permitem dar conta das fronteiras que separam os espaços de exclusão das restantes unidades residenciais integradas:

- por um lado, a imagem dos espaços de exclusão constitui-se, sobretudo, através de um movimento de análise do exterior para o interior, que traduz a distância a que se deseja manter estes espaços por quem não os ocupa;

- a análise que dá conta das ramificações das situações, dos lugares e dos recursos que as caracterizam e que se perfilam bem para além dos limites físicos do bairro (Balsa, 2006);

Vistos de fora, os bairros parecem, relativamente homogêneos. Visto de dentro, na perspectiva das posições e das disposições das pessoas que neles vivem, os bairros afiguram-se, sob vários aspectos, diferenciados. Parece-nos que a imagem exterior do bairro impõe-se tanto mais no interior e condiciona tanto mais os comportamentos e as representações das populações que nele vivem, quanto mais extremas, no sentido da precariedade, são as condições de vida social destas últimas (Balsa, 2006).

Num outro plano, a proximidade imposta pela contiguidade de espaços de residência relativamente diferenciados, cria entre as populações vizinhas um espaço de referência comum, ao qual são indexadas as avaliações das situações de uns e dos outros: em redor dos bairros mais degradados, situações teoricamente intoleráveis podem ser tornadas aceitáveis pela existência, de situações intoleráveis podem ser tornadas aceitáveis pela existência, contígua, de situações bem piores (Balsa, 2006).

O efeito atenuado que a existência de situações aparentemente mais graves exerce sobre outras menos críticas, não tem influência apenas na forma como as próprias populações avaliam as situações, mas também na abordagem dos problemas pelas instâncias de intervenção social. Esta contiguidade desmultiplica a escala de acuidade dos problemas e alonga a hierarquia das prioridades que lhes serão, em consequência, atribuídas. Seguramente que o estado de ruína de uma determinada divisão de uma casa, que torna essa mesma divisão inviável para a utilização, não se revela tão urgente quando a realidade imediata é constituída por barracas (Balsa, 2006).

Contudo, tal não implica que abaixo de um determinado limiar de pobreza não existiria dinâmica de luta contra as situações. O que acontece pelo contrário, é que as situações mais degradadas exigem, muitas vezes, um esforço acrescido por parte das famílias, para preservarem ou para não agravarem ainda mais as condições de vida alcançadas. Ainda assim, a realidade é que os contextos de pobreza enquadram-se muito frequentemente, numa espiral de reprodução da pobreza e da exclusão: as famílias que conhecem as situações mais degradadas passam, frequentemente, de uma temporalidade à outra ocupando sempre, pelo caminho, as posições mais desfavorecidas. A este nível, consideramos as condições de socialização familiar, de exclusão dos meios de promoção individual e a submissão dessas populações aos mercados de trabalho secundário como variáveis que concorrem para o ciclo da marginalidade e exclusão (Balsa, 2006).

Tendo em conta o perigo associado às generalizações, todas as famílias que se encontram em espaços que promovem a exclusão, se inserem num itinerário de migração interna - as que chegaram primeiro - e externa - caso das que têm uma implementação mais recente nos bairros. Esta dinâmica migratória vai ser impressa o nível do espaço ocupado por estas

populações. Este fluxo migratório interno e externo ocorreu essencialmente na década de 50 e de 60 (Balsa, 2006).

Apesar de ser difícil comparar linearmente as situações vividas antes e depois do itinerário migratório, na medida em que estas relevam de configurações sócio-históricas distintas, sabemos por relatos recolhidos que, geralmente, os indivíduos preservam das condições de vida nas regiões de origem, uma recordação extremamente negativa. A miséria actual pode, assim, ser relativizada pela memória, ancorada frequentemente no próprio corpo, de uma miséria anterior ainda maior. A um outro nível, essa familiaridade com situações de pobreza não pode deixar de cavar sulcos profundos nas disposições dos indivíduos e de lhes deixar no corpo as marcas das privações sofridas (Balsa, 2006).

No contexto das situações mais degradadas, os indivíduos são excluídos dos principais meios de promoção individual, particularmente dos meios de formação escolar e profissional. Finalmente, são sistematicamente relegados para zonas de trabalho precário, desvalorizado e, muito frequentemente clandestino. Numa sociedade que sacraliza o trabalho como recurso de identidade pessoal, a dependência dos indivíduos relativamente aos mercados de trabalho secundários marca, de forma decisiva, os seus estatutos como cidadãos (Balsa, 2006).

É significativo que as biografias das famílias que conhecem as situações mais degradadas se realizem inteiramente através de espaços igualmente degradados e tidos como espaços típicos de situações de exclusão social. As famílias que vivem nos bairros mais degradados provêm geralmente de bairros semelhantes situados noutras zonas ou, então, quando estão em questão itinerários migratórios, constata-se que esses bairros oferecem soluções de estabelecimento residencial impossíveis de outra forma ou noutros sítios (Balsa, 2006).

Quais são as características que fazem destes bairros espaços de acolhimento para estas populações? Não há dúvida de que as barracas e outras construções clandestinas oferecem uma vantagem absoluta, num contexto em que o mercado imobiliário não oferece alternativas viáveis. Trata-se de uma situação típica das conjunturas de expansão demográfica da aglomeração de Lisboa. Além dessa vantagem absoluta, o mercado da habitação que se constitui em torno das barracas e das habitações clandestinas oferece igualmente vantagens relativas no plano económico: a degradação, não apenas da construção, mas também do meio ambiente, torna mais acessíveis às famílias custos de aluguer e de construção que, noutras zonas seriam incomportáveis. Algumas famílias procuram estes bairros e mantêm-se aí actualmente, porque puderam construir as casas em que vivem, em terrenos que não tiveram de pagar e pelos quais não pagam qualquer tipo de aluguer (Balsa, 2006).

Este comportamento face ao espaço de habitação, caracteriza-se pela sua instrumentalidade. É esta relação instrumental do espaço que justifica que os níveis de substituição das populações no interior destes bairros sejam elevados. A utilização destes espaços não é feita com uma perspectiva de longo prazo, mas é antes entendido como uma situação transitória e temporária (Balsa, 2006).

Assim, nesses espaços de exclusão que são inicialmente, espaços intersticiais ou pouco valorizados, permitiu-se a construção clandestina, isto é, sem autorização, mas sobretudo sem planos e sem organização física ou social, que tem uma influência determinante ao nível da natureza das relações sociais que se estabelecem nos limites desse espaço. No interior da concentração residencial de Lisboa, esta prática foi, numa primeira fase comum aos nacionais saídos dos processos de migração interna dos anos 60, 70 e 80. Depois estendeu-se aos imigrantes de origem africana. Embora os resultados dos dois processos sejam diferentes, ambos constituem uma forma de resposta ao problema social que assim pode ser resolvido sem que tenha sido necessário formular termos da sua existência (Balsa, 2006).

Podemos fazer o mesmo tipo de raciocínio no caso de certas práticas que têm lugar no interior dos bairros, que vão das relações de vizinhança conflituosas (motivadas, em parte, pela coexistência de modelos de socialização diferentes), até à prática de actividades ilegais, passando por actos de pequena delinquência, de que os habitantes se queixam, e que só são interrompidos durante as intervenções rituais da polícia, não distingue os delinquentes dos restantes habitantes, pretendendo, acima de tudo, relembrar o bairro o imperativo da ordem e os valores da outra sociedade. Os espaços de exclusão são espaços de funcionalidade na perspectiva do sistema social: eles permitem gerir os problemas sociais que o sistema origina mas para os quais o sistema não possui resposta. Segundo os técnicos sociais que trabalham nos bairros, as práticas delinquentes são muito mais cometidas por pessoas, que residindo fora dos bairros, pretendem tirar proveito das suas características. O fechamento destes espaços relativamente ao meio exterior só interessaria, assim, a grupos restritos da população e a certos elementos que lhes são estranhos (Balsa, 2006).

Se podemos caracterizar estes bairros como constituindo espaços de exclusão é na estrita medida em que eles oferecem à sociedade a possibilidade de concentrar populações que têm dificuldade em encontrar lugar noutros sítios e de gerir, assim, com uma relativa economia de meios, situações para as quais a sociedade não quer ou não tem meios para encontrar outras soluções. Na perspectiva das populações, tratam-se de espaços de transição, exceptuando-se os casos em que as potencialidades oferecidas pela flexibilização normativa é aproveitada, normalmente por uma segunda geração de residentes ou por pessoas exteriores aos bairros, para produzir desvio, mais do que uma contra-normatividade (Balsa, 2006).

Já o dissemos: a compreensão da pobreza e da exclusão não se pode restringir apenas aos espaços delimitados localmente. Se é verdade que pode existir uma expressão local da pobreza e da exclusão, sabemos também que as causas destas situações se encontram quase sempre bem longe dos espaços em que a pobreza se manifesta (Balsa, 2006).

Ao nível da arquitectura, importa ter em consideração todos estes aspectos no momento de projectar espaços que terão como destino, núcleos familiares ou indivíduos, que provêm de anteriores contextos de pobreza. De facto o impacto do espaço edificado e paisagístico não é indiferente no momento de promover a integração (ou não) dos indivíduos. Hoje em dia, tem-se verificado um esforço grande, por parte dos responsáveis locais, por reabilitar os locais marginalizados. Essa reabilitação, passa pela transformação, ou readaptação dos espaços aos

seus destinatários. Conhecer a comunidade para a qual se está a trabalhar, permite controlar algumas tensões e conflitos se forem reconhecidas e respeitadas a realidade e (in) compatibilidades entre todos os elementos que vão ocupar um determinado espaço. Por outro lado, pode também concorrer para terminar o ciclo de pobreza e miséria.

Pensar o espaço socio-culturalmente;

Espaços transnacionais

Num mundo cada vez mais globalizado e em que as fronteiras e fenómenos migratórios são cada vez mais fluidos, as grandes cidades, em particular, começam a apresentar-se como uma manta de retalhos de diferentes nacionalidades e práticas sociais. Estas migrações estão directamente relacionadas com alguns aspectos da economia capitalista e com a globalização. A gestão do espaço implica sempre conflito e tensão mesmo dentro de uma mesma estrutura familiar, por esse motivo, é previsível que este fenómeno migratório e social resulte em diferentes apropriações e gestão do espaço.

Importa por isso, perceber até que ponto é que, mais uma vez, estes fenómenos sociais afectam e são afectados pelo espaço.

Os espaços globalizados ou desterritorializados resultam do modelo de produção fordista e do capitalismo. Nestes contextos, os espaços de fluxo de pessoas e de conceitos sobrepõem-se à realidade local. Esta descontextualização vai conduzir ao aparecimento de outras redes sociais e de espaços para a manutenção da identidade (Low & Zúñiga-Lawrence, 2003).

Os fenómenos migratórios e as diferentes ocupações e relações com o espaço;

Qualquer processo de migração, implica a existência de um processo de aculturação. Este pode ser mais ou menos forçado ou natural, mais ou menos consciente, mas a realidade é que ele existirá sempre, que existe uma deslocação em relação à cultura de origem, dá-se uma “apropriação” da cultura do lugar de destino com o intuito de permitir uma melhor integração, e tornar claras as regras culturais e sociais implícitas e “inconscientes” que existem em todas as culturas. A resistência com que se aceitam os aspectos culturais de outro contexto varia de grupo para grupo e situação para situação, havendo grupos que se tornam conhecidos por serem mais fechados que outros.

Os espaços transnacionais são caracterizados pela apresentação de práticas culturais de mobilidade que produzem novos modos de construir a identidade resultando em zonas de maior controlo e de um maior fluxo de capital, bens e pessoas (Low & Zúñiga-Lawrence, 2003).

Em antropologia, o termo transnacional surgiu primeiramente com o intuito de descrever a forma como os emigrantes vivem as suas vidas fora das fronteiras mantendo as suas relações com a terra natal, mesmo quando os seus países de origem são bastante distantes da sua localização de destino (Low & Zúñiga-Lawrence, 2003).

Existe a tendência para ver os espaços transnacionais, como espaços de resistência e que representam uma hibridização (Low & Zúñiga-Lawrence, 2003).

Conflitos de espaço social;

É comum que ao fim de algum tempo, surjam situações de conflito entre as comunidades estrangeiras e com a comunidade de acolhimento. Estes conflitos estão muitas vezes associados à inserção das comunidades estrangeiras em espaços de exclusão, pelos motivos que falamos anteriormente.

Por outro lado, a falta de referentes culturais que permitem e promovem a identidade pode conduzir a um maior fechamento e resistência em relação aos vários contextos circundantes.

A apropriação e recriação do espaço, promove em grande medida, o fechamento das populações acolhidas em relação às de acolhimento. Estando rodeada por elementos da cultura natal e por pessoas que compreendem todos esses elementos, deixa de ser necessário, o contacto e o convívio com quaisquer outros elementos culturais, criando-se assim no espaço, pequenos enclaves culturais.

Bibliografia

- Balsa, C. 2006. Espaço e exclusão; Espaços de exclusão. In *Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Remy* (ed.) Balsa, C. Lisboa: Edições Colibri.13-33
- Low, S.M. & Zúñiga-Lawrence, D. 2003. Locating Culture. In *Anthropology of space and place: locating culture* (eds) Low, S.M. & Zúñiga-Lawrence, D. Oxford; Malden: Blackwell Publishing